

Ministério de Minas e Energia**Assessoria de Comunicação Social - ASCOM****Sumário**

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Diário de Justiça	2
Título: Trump retira cientistas da cúpula de agência ambiental.....	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Aneel divulga regras para recarga de veículos elétricos.....	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	4
Título: CPFL Energia avalia fazer uma captação no exterior	4
Título: Notas	5
VEÍCULO: Correio Braziliense	5
Título: Concorrência derruba o preço da gasolina	5
VEÍCULO: Valor Econômico	6
Título: EPE prevê 'cenário mais realista' em Plano Decenal	6
Título: Gasolina puxa alta no consumo de combustíveis	7
Título: Energia	8
Título: AES está 'modestamente otimista' sobre Brasil	9
Título: Minério e metais caem com importação menor da China	10
Título: Aço Cearense pede recuperação judicial de R\$ 1,83 bi.....	12
Título: Shell planeja sair do sexto para o segundo lugar em lubrificantes	14

VEÍCULO: O Globo**Seção: Rio / colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Diário de Justiça**

A Petrobras entrou com ação contra a Refinaria Manguinhos, do polêmico Ricardo Magro. A estatal acusa a empresa de publicar anúncios “difamando a marca e o nome BR”. O caso está na 45ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Rio

VEÍCULO: O Globo**Seção: Sociedade****Autor: Henrique Gomes Batista****Título: Trump retira cientistas da cúpula de agência ambiental**

Agência ambiental dos EUA troca cientistas por representantes de indústrias.

A Agência de Proteção Ambiental (EPA, na sigla em inglês) dos Estados Unidos começou a trocar cientistas por representantes das empresas poluidoras em seus conselhos, segundo informou nesta segunda-feira o “New York Times”. Ao menos cinco substituições na Junta de Conselheiros da agência já ocorreram na sexta-feira e servem para, segundo a agência, acelerar o processo de desregulamentação do setor e reduzir sua pesquisa acadêmica. Desde que Donald Trump assumiu a Casa Branca, em janeiro, a EPA é administrada por Scott Pruitt, que nega a existência das mudanças climáticas causadas pelo homem.

Manifestantes protestam contra a política ambiental de Donald Trump, autodeclarado cético em relação às mudanças climáticas
Novo encontro definirá metas contra mudanças climáticas

Ancorado no Pier Mauá, a terceira versão do navio ambientalista que desafia autoridades pelo mundo marca os 25 anos da ONG no Brasil
Barco histórico do Greenpeace passa pelo Rio em defesa da Amazônia

Trump busca o pragmatismo após reveses

— Devemos ter pessoas neste conselho que entendam o impacto das regulamentações sobre a comunidade — disse ao jornal americano JP Freire, porta-voz da agência, que ainda não indicou os nomes para as vagas dos cientistas. — A nova gama de candidatos ao conselho será o mais ampla possível, para incluir universidades e setores que normalmente não são representadas (na EPA).

No lugar de cientistas — que tiveram seus mandatos concluídos e que não serão renovados —, a agência determinou que sejam alocados pessoas próximas da indústria do petróleo, gás natural e carvão, justamente as que mais sofrem com as normas da EPA por serem os setores mais poluentes do mundo. Uma das principais promessas de campanha de Trump era desfazer regulamentações ambientais criadas no governo de Barack Obama. Este é um ponto onde o governo republicano tem tido mais sucesso.

Desde que tomou posse, Trump aprovou projetos polêmicos, como a construção de um oleoduto em áreas protegidas e indígenas e a permissão para novos projetos energéticos de carvão, o modelo mais poluente que existe e cujas novas plantas estavam virtualmente banidas dos EUA. Pruitt, como primeiro ato frente à EPA, visitou uma mina de carvão e disse que queria ver esta indústria restabelecida nos EUA. E, em sua gestão, diversos textos científicos sobre o aquecimento global foram retirados do site da agência.

Além disso, a EPA é a agência que deve ter o maior corte orçamentário no governo Trump e sua atuação poderá ser reduzida em 40%. A forte ação de Trump contra questões ambientais tem sido um dos principais pontos de enfrentamento a seu governo. Nas últimas semanas diversas manifestações e marchas ocorreram em todo o país em favor da ciência e pelo planeta.

De acordo com o “Washington Post”, os cientistas que não tiveram seus mandatos renovados foram pegos de surpresa. De acordo com o jornal, eles receberam, em janeiro - ainda durante a administração de Barack Obama - a informação de que teriam seus mandatos renovados por mais três anos e tiveram, já no governo Trump, a confirmação disso. Eles integram um grupo que revisa estudos sobre o impacto do carbono nas mudanças climáticas, algo negado pelo novo diretor da agência e contestado por Trump.

- Fiquei um pouco chocado ao receber esta notícia - disse Robert Richardson, conselheiro afastado e professor do Departamento de Sustentabilidade da Comunidade da Universidade Estadual de Michigan ao “Washington Post”. - Nunca ouvi falar de nenhuma circunstância em que alguém não cumpriu dois mandatos consecutivos. Isso gera grande preocupação de que a ciência objetiva esteja sendo marginalizada neste governo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Aneel divulga regras para recarga de veículos elétricos

Uma proposta para regular o fornecimento de energia para veículos elétricos deverá ser apresentada neste mês pela Aneel, órgão regulador de energia. O texto, que deverá ser aprovado no dia 23, passará por audiência pública.

A legislação é necessária para a expansão do modelo no país, diz Adalberto Maluf, diretor da fabricante BYD.

"Não há infraestrutura para que uma pessoa física tenha carro elétrico, e ninguém vai colocar um posto de recarga na rua se não puder ganhar dinheiro com isso."

Um dos principais pontos em discussão é a possibilidade de outros agentes, além das distribuidoras de energia, explorarem comercialmente a recarga dos veículos.

A maioria dos consultados pela Aneel querem que o serviço seja aberto. Algumas distribuidoras, porém, defendem a exclusividade do fornecimento, e outras condicionam a liberação a diversos fatores.

A CPFL Energia, uma das empresas que mais tem investido na área, apoia um modelo híbrido: no primeiro momento, as distribuidoras criam a estrutura mínima para estimular o mercado e torná-lo atrativo para investidores.

"A ideia é romper a inércia e criar um primeiro conjunto de eletropostos para dar segurança. A partir disso, passa-se a ter um mercado competitivo e livre", afirma o diretor Rafael Lazzaretti.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt e Fernanda Guimarães

Título: CPFL Energia avalia fazer uma captação no exterior

A CPFL Energia analisa uma captação externa que pode acontecer já nos próximos meses. A companhia, recém adquirida pela chinesa State Grid, avalia suas opções de refinanciamento para se adiantar às necessidades de amortizações no ano que vem e em 2019, quando vencerão compromissos que somam mais de R\$ 10 bilhões. Outra empresa do setor de energia, a Cemig GT, encerrou o roadshow para sua estreia no mercado de dívida estrangeiro na última sexta-feira. A JSL também deve captar lá fora. Em 2017, até agora, foram US\$ 11,5 bilhões emitidos em bônus no exterior, mais da metade dos US\$ 20,250 bilhões de todo o ano de 2016. Entre os emissores mais recentes está o BNDES, com uma operação de US\$ 1 bilhão em greenbonds - para financiar projetos sustentáveis.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / colunas**Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt e Fernanda Guimarães****Título: Notas**

» **Presença.** Entre os maiores credores da Aço Cearense, que entrou com seu pedido de recuperação judicial na semana passada, está a siderúrgica Usiminas, com um crédito a receber de R\$ 57,26 milhões. Com esse montante, a Usiminas é o oitavo maior credor da empresa. A dívida da Aço Cearense é da ordem de R\$ 2 bilhões.

» **Ajuste fiscal.** Muitos donos de carros particulares voltaram a converter seus veículos para o uso do GNV (Gás Natural Veicular). No primeiro trimestre, a Comgás registrou, considerando apenas sua área de concessão (São Paulo, Campinas e Região, Vale do Paraíba e Baixada Santista), um total de 2.223 conversões, alta de 36,46% sobre o mesmo período do ano passado.

» **Demanda.** A maioria das conversões tem sido de carros particulares, com 39% do total, seguido por táxis (29%) e carros do Uber (28%).

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia****Autor: Hamilton Ferrarri****Título: Concorrência derruba o preço da gasolina**

A concorrência entre postos de combustível está fazendo bem ao bolso dos consumidores do Distrito Federal. Os estabelecimentos estão reduzindo os preços do litro da gasolina cada vez mais e o valor mais baixo, com pagamento em dinheiro, chega a R\$ 3,29. Os motoristas comemoram e esperam novas quedas.

Os preços dos postos na região central não foram afetados pela última alta nas refinarias anunciada pela Petrobras em abril. O Correio verificou que, de 25 estabelecimentos, 19 reduziram os valores cobrados (veja quadro). Os frentistas justificam que a concorrência não permite aumento.

O gerente Márcio Rocha, 35 anos, disse que só se mantém no mercado quem faz promoções. O posto no qual ele trabalha aumentou em seis vezes o volume de vendas graças aos descontos. “Antes, vendíamos 5 mil litros por dia de gasolina. Hoje, temos uma média de 30 mil”, afirmou. Se a Petrobras reajustar novamente os valores na refinaria, talvez o posto tenha que acompanhar o reajuste, mas Márcio garantiu que vai continuar praticando promoções.

Quem comemora é o consumidor. A tecnóloga Patrícia Assunção, 27, afirmou que a gasolina está com um patamar de preço aceitável. “Só é preciso tomar cuidado com promoções de gasolina adulterada, que eu caí uma vez e tive que gastar mais com a limpeza do motor”, alertou.

*Estagiário sob supervisão de Simone Kafruni

Em queda

Litro da gasolina está mais barato no Distrito Federal (em R\$)

Posto Em 18 de abril Ontem

Petrobras Eixo W 105 Sul 3,59 3,39

Petrobras Eixo W 113 Sul 3,64 3,38

Petrobras Eixo L 214 Sul 3,61 3,37

JarJour Eixo L 210 Sul 3,49 3,37

PB Eixo L 206 Sul 3,54 3,39

Ipiranga Eixo L 204 Sul 3,49 3,39

Petrobras Eixo L 202 Sul 3,69 3,34

JarJour Eixo L 206 Norte 3,45 3,39

Ipiranga Eixo L 210 Norte 3,54 3,39

Shell Eixo L 212 Norte 3,45 3,39

Petrobras Eixo L 214 Norte 3,45 3,39

Shell Eixo W 109 Norte 3,46 3,39

Petrobras Eixo W 107 Norte 3,46 3,39

Fonte: Pesquisa Correio

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito

Título: EPE prevê 'cenário mais realista' em Plano Decenal

A nova versão do Plano Decenal de Energia (PDE), principal estudo do governo sobre a expansão da oferta e o crescimento da demanda de energia do país, com horizonte 2016, pode ser divulgada ainda no primeiro semestre. Segundo o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Luiz Augusto Barroso, o documento terá cenários econômicos mais realistas, em relação aos estudos anteriores. A estatal subsidia o Ministério de Minas e Energia na elaboração do Plano Decenal.

"Esperamos que [a publicação do PDE 2026] se dê o mais rápido possível, talvez no primeiro semestre ainda", afirmou Barroso, durante evento sobre cooperação técnica entre a EPE e a GIZ, agência alemã de cooperação internacional, no Rio de Janeiro. "Estamos trabalhando agora com cenários econômicos bem mais realistas", completou o presidente da EPE.

Questionado sobre a previsão de necessidade de contratação de energia nova até 2016, de 10 mil a 15 mil megawatts (MW) médios, já informada por Barroso em ocasião anterior, o executivo explicou que essa é a visão da EPE, mas que a necessidade de contratação real será dada pelas distribuidoras de energia.

Para o preenchimento desse bloco de nova contratação de energia prevista para até 2026, o PDE, segundo Barroso, vai priorizar a fonte hidrelétrica e outras renováveis (eólica, solar, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa). Mas o estudo considera a possibilidade de contratar energia de geração termelétrica para garantir a oferta do sistema nacional.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho

Título: Gasolina puxa alta no consumo de combustíveis

O consumo de combustíveis cresceu 2% em março, ante igual período do ano passado, para um total de 11,84 bilhões de litros. Dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), no entanto, mostram que as vendas acumulam retração de 1,6% no primeiro trimestre, embora a demanda pelos veículos leves tenha começado o ano em alta, puxada pelo crescimento da gasolina comum.

A comercialização de óleo diesel cresceu 2,1% no mês, na comparação anual. Ao todo, foram consumidos 4,85 bilhões de litros do combustível em março. Historicamente vinculado ao desempenho do PIB, as vendas do derivado acumulam uma baixa de 1% no ano.

Já o consumo de gasolina subiu 5,78% em março, para 3,94 bilhões de litros, e acumulou alta de 6,6% no primeiro trimestre. Esse crescimento ajudou a compensar a queda do etanol hidratado (11,1% em março e de 20,9% no trimestre) e a sustentar a recuperação do mercado chamado Ciclo Otto (veículos leves a gasolina, etanol ou ambos), mais atrelado ao comportamento da renda das famílias.

Quando somada a comercialização total de gasolina e etanol hidratado, considerando a equivalência energética dos produtos, a alta é de 1,45% no acumulado do trimestre. O crescimento vai em linha com as expectativas da ANP, que prevê aumento do mercado de combustíveis do Brasil em 2017, após dois anos de queda. O consumo de gás liquefeito de petróleo (GLP) subiu 6% em março. No primeiro trimestre, a alta é de 0,8%.

A exemplo do ocorrido no ano passado, continuaram a cair as vendas de querosene de aviação (-1,75%), gasolina de aviação (-15%) e óleo combustível (-2,4%). A comercialização de querosene iluminante subiu 12,2% em março.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião / carta do leitor

Autor:

Título: Energia

Sobre o artigo "A Evolução do Sistema Energético do Brasil" publicado na edição de 5/5, esclarecemos que a Iniciativa Combustível Brasil não é um programa da Petrobras, como foi afirmado.

A iniciativa Combustível Brasil, lançada pelo governo federal em 20/2/2017, em Recife (PE), visa estimular a livre concorrência e a atração de novos investimentos. O programa propõe ações e medidas para estimular investimentos e diversificar o setor de abastecimento de combustíveis em todo o país.

Para tanto, formou-se um grupo de trabalho, o Núcleo Operacional de Combustíveis, formado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e o Ministério de Minas e Energia (MME), para se reunir com todos os agentes que participam da cadeia de abastecimento nacional de combustíveis, entre os quais a Petrobras, e, assim, debater o setor, ouvir e elencar as principais questões afetas a cada elo da cadeia e estabelecer um conjunto de ações e medidas voltadas para a promoção e a intensificação da livre iniciativa no mercado brasileiro de combustíveis.

O resultado dessas reuniões foi um documento que foi submetido a Consulta Pública no mês de abril, disponibilizada no site do MME. Todas as contribuições estão em processo de consolidação e serão a base para a formalização das diretrizes estratégicas do programa. Deverão oportunamente ser desdobradas em medidas concretas, do ponto de vista normativo e regulatório.

Assessoria de Comunicação Social - Ministério de Minas e Energia

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: AES está 'modestamente otimista' sobre Brasil

A americana AES, que controla a AES Tietê e a Eletropaulo, saiu de um discurso negativo sobre o país para se dizer "modestamente otimista" sobre o Brasil. Em teleconferência realizada ontem para comentar os resultados do primeiro trimestre, Andrés Gluski, presidente da companhia, disse esperar uma recuperação "lenta e gradual" da economia brasileira.

A postura mais positiva sobre o país coincidiu com a divulgação de resultados que vieram melhor do que o esperado pelo mercado. Ontem, as ações preferenciais da Eletropaulo tiveram ganho de 2,03%, a R\$ 15,60, enquanto as units da AES Tietê avançaram 4,56%, para R\$ 14.

No caso da Eletropaulo, que vinha sofrendo com a redução da demanda por energia em sua área de concessão e com a sobrecontratação, o cenário parece estar mudando. O consumo de energia no segmento residencial teve alta de 2,4% no trimestre na comparação com o mesmo período do ano anterior. Segundo Gluski, a expectativa é de uma possível "ligeira recuperação" no consumo de energia ao longo deste ano.

O resultado da AES Tietê também superou as expectativas de analistas, beneficiada pelos ganhos com energia secundária. No entanto, as perspectivas para o restante do ano são de elevado déficit hídrico (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês).

Para se proteger da exposição ao GSF, a AES Tietê reduziu o nível da garantia física contratada em 2017 para 83%, e segue tentando reduzir ainda mais, segundo Ítalo Freitas, presidente da geradora. Além disso, a companhia também adquiriu alguns contratos de energia no mercado livre para garantir uma exposição menor ao preço de curto prazo.

Com isso, o efeito do déficit hídrico passou a ser "um problema muito pequeno" frente ao que era para a companhia há dois anos, segundo Gluski.

Apesar disso, o déficit hídrico ainda é visto como um risco para a companhia. "Apesar de deixar mais energia disponível para se proteger de futuras oscilações do GSF, ainda acreditamos que o segundo semestre será um desafio, não só considerando os preços spot mais altos, mas também os números do GSF que apontam para índices baixos, como 75%", escreveram os analistas Antonio Junqueira, João Pimentel e Gustavo Castro, analista do BTG Pactual.

Outro ponto é o possível efeito financeiro negativo neste ano, devido à redução dos ganhos com venda de energia, disse o UBS, em relatório do analista Marcelo Sá.

A principal estratégia da AES Tietê para reduzir a exposição ao GSF é na ampliação do seu portfólio não hídrico. A companhia, que tem 100% de sua geração de energia hidrelétrica, fechou recentemente um acordo para compra do complexo eólico Alto Sertão II, da Renova Energia, por R\$ 600 milhões. Segundo Francisco Morandi, vice-presidente financeiro da empresa, a companhia segue avaliando novas aquisições, com prioridade aos operacionais que já estejam gerando caixa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás e Roberta Costa

Título: Minério e metais caem com importação menor da China

A deterioração do minério de ferro e dos metais não ferrosos continuou ontem. Dados da balança comercial chinesa em abril ajudaram a puxar os preços para baixo, mas o mercado já começa a ponderar se o efeito dos últimos dias não está exagerado.

O minério com teor médio de 62% de ferro entregue no porto chinês de Qingdao sofreu desvalorização de 2,6%, para US\$ 60,15 a tonelada, segundo a "Metal Bulletin". É o pior nível para a matéria-prima desde 24 de outubro e representa queda de 23,7% no acumulado de 2017.

Em maio, a cotação média do minério encontra-se em US\$ 64,90, 8,2% inferior à de abril. Já no segundo trimestre, o preço é de R\$ 69,51, queda de 18,8% sobre os três primeiros meses de 2017. Contudo, esse nível representa crescimento de 25,3% frente ao período de abril a junho do ano passado, quando o minério encontrava-se em situação mais crítica. Analistas creem que a commodity se encaminha para US\$ 55 no fim do ano.

Na Bolsa de Metais de Londres (LME, na sigla em inglês), os contratos futuros de três meses do cobre recuaram 1,8%, para US\$ 5.486 a tonelada, próximo à mínima de US\$ 5.462,50 de janeiro. O alumínio caiu 1,3%, para US\$ 1.879, e o níquel ficou próximo à estabilidade, cotado em US\$ 9.145.

No mês passado, a China importou 82,2 milhões de toneladas, informou a aduana do país. A redução foi de 2% em comparação anual e de 13,9% ante março. O gigante asiático ainda comprou 300 mil toneladas de cobre, recuo de 33,3% em relação ao mesmo período de 2016 e de 30,2% frente ao mês anterior.

Para a consultoria Capital Economics, é possível que a importação de minério se recupere nos próximos meses. Em relatório, a instituição opinou que boa parte do enfraquecimento se deveu a problemas pontuais de fornecimento da Austrália.

Em meio à temporada de chuvas e com a chegada do ciclone Debbie, em fevereiro e março a Austrália escoou bem menos sua produção. "Dada a retomada das exportações [australianas] no mês passado, os volumes importados pela China podem sofrer um repique durante maio", escreveu Caroline Bain, da Capital Economics.

Para Carsten Menke, do banco suíço Julius Baer, há explicações tanto do lado técnico quanto do econômico para o movimento. Ele crê em uma maior regulamentação sobre a emissão de dívida pelos governos locais, o que dificultaria Parcerias Público-Privadas (PPPs), porque a China quer enxugar sua dívida pública.

"No início deste ano, as chamadas PPPs foram associadas a novos investimentos de infraestrutura, estimulando esperanças de aumento na demanda por aço e minério de ferro", comentou, em relatório. "Como as esperanças podem não se materializar, os especuladores estão correndo para a saída de um mercado que foi descolado dos fundamentos em grande parte do ano."

O segundo trimestre é tradicionalmente o mais forte para o consumo de aço no mercado chinês. Assim, analistas acreditam que até junho, ao menos, a procura pelo minério permaneça forte. "O recente tropeço no preço do minério de ferro tem um elemento muito forte de especulação", declarou a economista da Capital Economics.

O problema maior viria se a exportação de aço chinês seguir baixa como tem sido no ano. Em 2017 até abril, a China vendeu 24,2 milhões de toneladas de produtos siderúrgicos para o mundo, 34% a menos em comparação anual. Freada pelo protecionismo - especialmente contra a própria China - e com o mercado interno

garantindo rentabilidade às usinas locais, a agressividade chinesa além-mar diminuiu bastante.

"Essa fraqueza persistente nas exportações é mais uma na série de más notícias para a demanda e, conseqüentemente, para os preços do minério de ferro", lembra a Capital Economics.

O cenário é um pouco diferente para a corretora australiana ANZ Research, que aposta ainda em demanda chinesa positiva, no geral, por commodities. A instituição argumenta que a queda das importações é muito mais resultado de fatores sazonais do que de uma demanda anêmica.

Quanto ao cobre, apesar de a importação ter caído, a ANZ lembra que as compras de concentrados, na verdade, cresceram 7%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás

Título: Aço Cearense pede recuperação judicial de R\$ 1,83 bi

Para evitar um potencial calote, em meio a uma negociação difícil travada com seus credores, o Grupo Aço Cearense protocolou na semana passada pedido de recuperação judicial. Grande comercializador de aços planos no país e também fabricante de aços longos em Marabá (PA), o grupo incluiu passivos de R\$ 1,83 bilhão no processo, envolvendo dívidas com bancos e fornecedores.

Em entrevista ao Valor PRO, serviço de informações em tempo real do Valor, a vice-presidente financeira e comercial da companhia - e filha do fundador -, Aline Ferreira, disse que desse montante, R\$ 1,2 bilhão refere-se à dívida com instituições financeiras.

Dos R\$ 1,2 bilhão, 72% estão em mãos de um sindicato de cinco credores: BTG Pactual, Santander, Itaú, Bradesco e Votorantim. O restante dos passivos refere-se a contas com fornecedores, acrescentou a executiva, também uma das principais acionistas. Em abril, a carência acertada com essas instituições venceu e foi necessária a recuperação, diz.

"Vínhamos negociando com os bancos desde dezembro, já imaginando essa situação mais difícil de pagamento em abril", revela. "Mas o Bradesco, na verdade, ficou com essa obrigação na compra do HSBC, e acreditamos que ficou mais difícil para eles entenderem o movimento que já vinha sendo combinado com o restante do sindicato, para serem mais rápidos na decisão."

Em nota oficial, o presidente, fundador e pai de Aline, Vilmar Ferreira, disse que o pedido foi necessário para evitar uma situação que tornasse a recuperação inviável. O objetivo é manter os 3.800 funcionários, continuar operando e propor um cronograma de pagamentos mais factível, disse o empresário. "O Grupo Aço Cearense reitera sua disposição para seguir com a vontade e trabalho de sempre, com a crença no seu papel de desenvolvimento e transformação do Brasil", declarou Ferreira.

Para cobrir a dívida total de R\$ 1,83 bilhão - com os bancos há vencimentos de R\$ 310,6 milhões neste ano -, o grupo tinha R\$ 42,3 milhões em caixa ao fim do ano passado. A situação se tornou insustentável, mesmo com a evolução do resultado que, segundo Aline, se desenhou ao longo de 2016.

"No decorrer de 2016, nossas margens começaram a aumentar e no primeiro trimestre de 2017 nosso resultado foi muito bom", disse. Tanto que a Aço Cearense espera fechar com faturamento de R\$ 2,2 bilhões a R\$ 2,4 bilhões e margem de 13% sobre o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda). O índice ficaria próximo a R\$ 250 milhões.

O dinheiro do grupo encolheu entre 2015 e 2016 muito por conta do modelo da companhia, disse Aline. A siderúrgica de Marabá, com capacidade de 380 mil toneladas, operou com altos estoques de matéria-prima; no caso de bobinas de aço laminado da Aço Cearense Industrial - que são importadas na sua maioria - teve de trabalhar com um estoque muito mais barato do que comprou porque os preços desabaram em 2015.

"Então temos bons fundamentos e crédito com os bancos e isso nos dá força para a recuperação", ressalta. "Acreditamos que a negociação vai andar. Teremos 60 dias para apresentar o plano de uma empresa que se sustente para honrar as dívidas no futuro."

Além da Industrial, que beneficia principalmente tubos e chapas de aço, o grupo também controla a Sinobras, produtora de vergalhões e arames. A capacidade instalada total é de 1 milhão de toneladas de aço - 750 mil toneladas em laminação. É a quarta colocada no comércio de aços planos. No segmento de aços longos comuns, está atrás de Gerdau, ArcelorMittal, Votorantim Siderurgia e compete com Simec, CSN e Silat.

Em 2016, a holding amargou prejuízo líquido atribuído aos controladores de R\$ 79,6 milhões, redução de 85,1% ante 2015. A receita líquida caiu 25,7%, para R\$ 1,57 bilhão, e o Ebitda recuou 75,8%, para R\$ 86,2 milhões. Sobre o mercado siderúrgico do país, Aline mostra otimismo em relação a outros executivos do setor. Para ela, a retomada da demanda já teve início em 2016, embora de forma

"discreta". "Tanto que isso se refletiu nos preços, que aumentaram bastante até meados de março".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho

Título: Shell planeja sair do sexto para o segundo lugar em lubrificantes

Ocupando apenas a sexta posição no mercado brasileiro de lubrificantes, a Shell quer mais. Vice-presidente do segmento para o Brasil e Argentina, o americano Hasan Allgayer chegou ao país no ano passado com a missão de acelerar o ritmo de crescimento da companhia e acredita que este é o momento certo para a "virada" da empresa. No longo prazo, segundo ele, a meta a ser perseguida é o segundo lugar em participação de mercado.

"Para chegar ao número um [do ranking] com [a concorrência de] uma estatal [a BR] é difícil. Mas para chegar a um número dois... acho que essa é uma expectativa boa. Seria um bom alvo para a gente no longo prazo", afirmou o executivo, em entrevista ao Valor.

Segundo o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes (Sindicom), a Shell fechou 2016 com 9,2% do mercado de lubrificantes e graxas do país, atrás da BR (28,1%), Cosan (17,8%), Ipiranga (18%), Petronas (11,3%) e Chevron (10,7%). Embora sejam sócias na Raízen, Cosan e Shell deixaram o setor de fora do escopo da joint venture e mantêm negócios independentes em lubrificantes. A multinacional, contudo, tem acordo de exclusividade para venda de seus produtos na rede Raízen.

"Tem muito espaço para crescer. O sexto lugar no mercado é ruim. Não vim para o Brasil para ficar no sexto lugar, com o peso que a marca [Shell] tem no mercado. Esperamos até o fim deste ano fazer um movimento bem interessante. As coisas estão se movimentando e acelerando", conta Allgayer, citando os resultados do primeiro trimestre.

De acordo com o Sindicom, as vendas de lubrificantes e graxas da Shell cresceu 5% nos três primeiros meses do ano, enquanto o mercado brasileiro como um todo caiu 0,8%. O avanço da multinacional no mercado, neste início de ano, foi de 0,2 pontos percentuais.

Allgayer acredita que, depois de cair 5% em 2016, o mercado nacional começará a se recuperar a partir deste ano e que este é o momento certo para crescer. "Com a crise, alguns dos nossos concorrentes pararam de investir na marca. Nós

aumentamos de maneira expressiva", afirma. "Mas essa mesma oportunidade que a gente vê, os concorrentes estão vendo também", ressalva o executivo.

Para aumentar as vendas, a companhia aposta no lançamento de um conceito de negócios em seus postos de combustíveis: o Shell Helix Centro de Serviços, que consiste num espaço que oferecerá gratuitamente alguns serviços básicos de manutenção do carro durante o momento da troca de óleo - como uma mini-revisão de 15 itens do veículo e o complemento gratuito de fluidos do carro.

Allgayer explica que esses serviços normalmente são realizados fora de postos de combustíveis, em oficinas especializadas, mas que a proposta da Shell é permitir que o cliente realize tudo em um único local. Ele comenta ainda que o modelo foi desenvolvido exclusivamente para o mercado brasileiro.

"Um dos diferenciais é que aqui no Brasil a rede de postos é o canal preferido do consumidor para fazer troca de óleo. [o modelo do centro de serviços] Faz com que a jornada do consumidor no posto seja maior. Estamos esperando aumentar vendas [com a nova estratégia]. Trazer mais clientes para o posto é importante, mas é importante também trazer esse consumidor que já está no posto, abastecendo o veículo, para a troca de óleo", afirma.

A meta da Shell é que cerca de 250 postos da rede da companhia contem com os centros de serviços em 2017. Para os próximos anos, o objetivo é atingir 800 dos cerca de 6 mil postos da rede da multinacional no país.

O Shell Helix Centro de Serviços funcionará como modelo de franquia. A empresa estima que o investimento do franqueado varie de R\$ 90 mil a R\$ 150 mil na implementação da infraestrutura e que o retorno do investimento se dê entre dois e três anos.

São Paulo, Rio de Janeiro e a região Sul serão os mercados prioritários dentro da expansão do modelo. Uma primeira unidade já está em funcionamento em Joinville (SC) e a expectativa é que em breve mais uma loja seja aberta no Rio.

MME / ASCOM .